

Modernismos em língua portuguesa: diálogos e contrastes

Paulo Teixeira Iumatti

Sorbonne Nouvelle – CREPAL

Em 2022, celebrou-se no Brasil o centenário da semana de arte moderna — convencionalmente estabelecida como o principal marco do advento do modernismo no país. Múltiplas camadas de significado e mesmo movimentos culturais em diferentes áreas fizeram desse evento talvez a mais emblemática baliza para se pensar a “independência do Brasil” nos terrenos da língua, da literatura, da música, das artes, do pensamento e das formas de sentir, agir e “ser brasileiro”, de forma geral. Frentes outras, portanto, que as da mera política — colaborando para essa reflexão a coincidência do evento símbolo “Semana de 22” com a do próprio centenário da independência política do país, ocorrida em 1822.

O marco temporal consolidou-se, desse modo, dentro de uma armadura de pensamento delimitada pelo enquadramento da “independência nacional” — o que se desdobrava no ou mesmo apenas implicava o paradigma do Estado-Nação. No caso, um Estado-Nação cujo pensamento e cultura percebiam-se como necessitando afastar-se de Portugal e da Europa de forma geral (embora passando por certa mediação francesa) e que buscava reconciliar-se, ao mesmo tempo, com suas fontes populares e a oralidade, resignificando as relações com o passado/presente/futuro ameríndio e afro-brasileiro.

O que significaria tal postura, porém, se a colocássemos em relação com as de outros modernismos surgidos nos demais países de língua portuguesa, em diferentes momentos do século xx, não só ampliando pistas de autores que já abordaram tal temática, mas ainda revisando as posições relativas desses países frente a um mundo cujos polos hegemônicos se direcionavam cada vez mais para o norte anglo-saxão? Quais as suas reverberações e diálogos possíveis? Os binômios independência/dependência, autonomia/heteronomia e cultura nacional/movimento internacional poderiam ser vistos como parte dos dilemas de alguma forma enfrentados por intelectuais e artistas

modernistas desses diferentes países? Em que medida? Quais circulações ou pontes hermenêuticas entre ideias e modelos estéticos poderiam ser assim vislumbradas?

Em breve: até que ponto os dilemas propostos a partir da Semana de 22 no Brasil poderiam ser vistos como presentes em autoras e autores de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e outros países de colonização portuguesa? Faz sentido propor a eclosão de diferentes modernismos como eixo para uma aproximação comparativa a fim de apreendermos as diversas formas de vivenciar as margens e periferias de um mundo marcado pela existência de alguns polos dominantes e vastas regiões dominadas?

Os artigos apresentados neste dossier deixam claro que a temática do modernismo toca em chagas ainda abertas pelo contato entre os espaços que foram transformados de forma mais profunda pela colonização portuguesa — e certamente por isso é tão difícil abordá-la do prisma específico comparativo aqui proposto, a despeito de vários estudos já realizados. Pois esse movimento, mesmo que difuso (tanto no *antebellum* como a partir dos anos 1930 — vide a célebre tese da “rotinização” do modernismo) e até mesmo contestável no que se refere à delimitação de marcos demasiado precisos, talvez tenha sido, justamente, o ponto de virada, “o marco temporal”, paradoxalmente indefinido, propositor de uma sincronia de sentimentos e ideias, irradiando-se em rizoma, a partir dos quais tanto alguns dos principais grupos dominantes do Brasil como os dos países africanos de língua oficial portuguesa perceberam a necessidade de um maior distanciamento ou mesmo ruptura em relação a Portugal. Essa é a contradição explorada por este dossier: distanciamento também implica perspectiva, possibilidade de construção de um olhar externo, manobra espacial que subverte o tempo e o multiplica de forma artificiosa, ao possibilitar transformações nas percepções. É preciso sair da ilha para ver a ilha, escreveu, como se sabe, Saramago em *O conto da Ilha desconhecida* (1998). Porém, o tipo de afastamento ocorrido a partir do modernismo — e que foi produtivo por um longo período —, desdobrou-se também em alheamento, em parte, estéril. E desse ângulo, quiçá seja necessário muito mais tempo ainda para que as possibilidades interpretativas de um outro enfoque comparativo renovado e “distanciado” possam render todos os seus frutos.

Assim, talvez seja preciso mais tempo para que consigamos enxergar, simultaneamente, tanto a proposta influente de um modernismo musical nacionalista e seus desdobramentos produtivos enquanto plataforma para a criação de compositores como Antonio Madureira — cuja produção marcada pelo ideário mariodeandradeano é abordada por Francisco Andrade no artigo “A percepção de música brasileira de Antonio Madureira: música e modernismo”, quanto as grandes limitações de certas construções ideológicas presentes em obras como *Macunaíma* — cujas representações marcadas por sexismo e heteronormatividade são destacadas por Fernando Curopos em “1915, ano *queer*; 1922, ano *straight*”, e comparadas à sensibilidade *queer* presente em obras do modernismo português, como *A Confissão de Lúcio*, de Mário de Sá-Carneiro. Ao mesmo tempo, e do ponto de vista da trajetória do intelectual e escritor Mário de Andrade, é preciso também cuidado ou um viés menos violento ou anacrônico ao se tratar de temas que tangenciam a sua sexualidade — na medida em que seus silêncios e opacidades são também fruto de uma estratégia cuidadosamente elaborada em meio a um mundo opressivo, como argumenta César Braga-Pinto em “A sexualidade de Mário: menos velocidade, mais paciência” — algo que também se reveste de significado político e estético.

Simultaneidade, alargamento de perspectivas, ruptura com suscetibilidades nacionais, outros tantos elementos que abrem novos caminhos quer para a crítica cultural quer para a crítica

estética. Neste último sentido, Fernando Paixão compara, em “Poema em prosa modernista em Brasil e Portugal”, o modo como foi incorporado (inicialmente de forma escassa) o poema em prosa no Brasil e em Portugal, a partir das mesmas fontes francesas, lembrando a formulação de Adolfo Casais Monteiro: Brasil – extroversão / Portugal – introversão. Ao estabelecer esse paralelo, o crítico demonstra, no entanto, como o modernismo brasileiro teria percorrido e perseguido a temática da “identidade nacional” enquanto o português teria se afastado da mesma – abrindo espaço para vozes literárias diversas, explorando com mais profundidade os “pequenos espantos poéticos” do gênero, em postura mais aberta e experimental.

Vemos nesse caso, a partir de alguns pontos em comum (fontes semelhantes, reduzido interesse em um primeiro momento), uma trajetória de contrastes – que adquiriria cada vez mais os contornos do decisivo e já mencionado afastamento. E não deixa de ser curioso que justamente Mário de Andrade, um dos próceres do movimento inicial de distanciamento, tenha proposto, ao longo de sua profícua trajetória, inúmeras passagens e possibilidades de comparação entre Brasil e Portugal em suas pesquisas. Nesse filão, um assunto cuja exploração é capaz de se tornar um importante manancial para um estudo comparativo consistente dos modernismos de Portugal e do Brasil é aquele relativo à temática do “Sequestro” (entendido, entre outros significados, como sublimação e recalque) da *Dona Ausente* – e suas possíveis apropriações, transformações e/ou permanências nos modernismos de ambos os países, do ponto de vista das tensões entre moral e erotismo, a partir das transfigurações literárias na cultura popular da experiência histórica da escassez de mulheres brancas que marcou a colonização portuguesa. Tal assunto é abordado, a partir de uma pesquisa em andamento, por Eliane Robert Moraes e Marina de Sá Damasceno no artigo “Desejos oceânicos, fantasias transatlânticas: *O Sequestro da Dona Ausente* de Mário de Andrade, entre Portugal e o Brasil” – e ele encontra ecos nas transfigurações literárias do encontro colonial exploradas pelo estudo de Maria Cristina Batalha sobre o romance *O tetraneto Del-Rei* (1980), de Haroldo Maranhão, intitulado “*O tetra-neto Del Rei*: uma interpretação do Brasil”. Este narra de forma satírica, com grande atenção à dimensão sexual, os primórdios da colonização por intermédio da figura de Jerônimo de Albuquerque e suas peripécias em meio aos índios tupinambás, contra os quais ele lutava mas dos quais seria salvo pela intervenção da filha do cacique com quem viria a se casar – o que encena ficcionalmente, na visão da autora, o processo antropofágico de “construção cultural” – em perspectiva desmistificadora e em diálogo com as formulações de Oswald de Andrade. No romance contemporâneo, referências culturais são reativadas e forças históricas do passado, que permanecem no presente, alteram esse mesmo presente com a força subliminar de um certo acervo imaginário que continuaria a nos assombrar e interpelar – e nesse sentido a autora lembra as palavras de Aílton Krenak, segundo as quais os fatos e a história recentes dos últimos 500 anos têm indicado que “o tempo desse encontro entre as nossas culturas é um tempo que acontece e se repete todo dia”.

Estamos, assim, em pleno coração das possibilidades heurísticas de um comparativismo reflexivo, não nacionalista, atento à não linearidade do tempo, um comparativismo que deve se abrir, portanto, a outras radicalidades simultâneas. Pois concomitantemente, seria possível esquecer tanto as palavras de Krenak quanto o caráter iconoclasta da antropofagia de Oswald, bem como sua articulação contemporânea com o perspectivismo ameríndio, que propõem nada menos que uma “descabralização” do Brasil – e, sem nenhuma dúvida, de todos os espaços africanos “lusófo-

nos” e mesmo do mundo inteiro (“desvespucianização”, “descolombização” etc.)? Seria possível ou desejável deixar de enxergar o quanto as sociedades que nasceram a partir da colonização ainda perpetuam a destruição da natureza, o etnocídio, o genocídio e “a guerra contra as mulheres¹” que foram intrínsecos à expansão europeia dos séculos xv e xvi, e têm, portanto, muito a aprender com os indígenas e suas cosmovisões — e sobretudo, justamente, com a sua permanente denúncia da “modernidade”? São essas as reflexões a que nos conduz o texto de Beatriz Azevedo, “Desvespuciar e descolombizar a América e descabralizar o Brasil”, que nos lembra, ademais, que qualquer pesquisa sobre os modernismos em língua portuguesa deve *começar* por esse questionamento radical — e torná-lo simultâneo a todas as demais reflexões.

Nessa direção, as próprias classificações com que pensamos os modernismos devem ser repensadas — algo que é proposto pelo artigo de Michel Riaudel sobre Manuel Bandeira, intitulado “Une petite musique moderniste”. Este, lembrando Pascal, tece uma reflexão sobre as belas geometrias que produzem apenas ilusões de verdade, e sugere, simultaneamente, as várias e inclassificáveis dimensões e passagens de uma poesia — a de Bandeira — antiacadêmica e antiprogramática, “modernista” sem sê-lo totalmente, e que dialogou com uma infinidade de referências — incluindo, em destaque, as portuguesas — tendo se projetado, além disso, pela via de sua musicalidade e diálogo com a oralidade, entre outros fatores, para os espaços luso-africanos, sequiosos de independência e ruptura com o estatuto colonial.

Esse, talvez, o principal significado e projeção da obra de vários autores identificados com os modernismos brasileiros em suas diversas “fases” nos espaços “de língua portuguesa”. E não deixa de ser mais um paradoxo que o movimento de ruptura com o enfoque estreitamente nacional decorrente dessa comparação entre “modernismos” desemboque, precisamente, na importância que a leitura desses autores teve para a luta anticolonial e, portanto, “nacional” dos países africanos — em um período em que ainda não havia um diálogo transatlântico de mão dupla entre a literatura africana e a literatura brasileira (algo que só se constata de forma clara nas últimas duas ou três décadas). Todavia, tal movimento não é absoluto ou linear e se dá com inúmeras gradações e nuances — como se vê no estudo de Pauline Champagnat, intitulado “Graciliano Ramos e Manuel Lopes: caminhos cruzados, influências e legados”, que aborda a repercussão de um desses autores no movimento literário cabo-verdiano em torno da revista *Clairidade* (1936) — movimento que envidou esforços para a construção de uma literatura livre dos moldes literários metropolitanos, valorizando, por exemplo, a língua crioula. O estudo empreende, em particular, uma comparação entre os romances *Vidas secas* (1938), do escritor alagoano, e *Os flagelados do vento Leste* (1959), de Manuel Lopes — identificando elos temáticos e ideológicos comuns, bem como procedimentos formais.

O diálogo entre brasileiros e africanos é tematizado, em perspectiva mais ampla, por Rita Chaves no artigo “As literaturas africanas em língua portuguesa e o modernismo brasileiro: o diálogo das margens”. Este parte da importância da matriz escravocrata para a compreensão da sociedade brasileira — o que torna sumamente significativa a abordagem dos laços entre Brasil e África, bem como dos questionamentos de negros e indígenas acerca das celebrações do centenário do modernismo, invocando a questão de sua representatividade. Sob esse prisma revisionista, a

1. Retomamos o título do ensaio da antropóloga Laura Rita Segato. Ver em particular o capítulo “Colonialité et patriarcat moderne”. SEGATO, Rita Laura, *La Guerre aux femmes*, Paris, Payot, 2022, p. 161-191.

interlocução com as literaturas africanas aparece no artigo como um dos fatores de enriquecimento da reflexão, partindo a autora do modo como a própria revisão crítica e síntese do movimento e de seus rumos por Mário de Andrade, em 1942, trazia pontos que, de uma forma ou de outra, viajaram para o continente africano — ajudando a desencadear grandes transformações, inicialmente no terreno do pensamento e da atividade literária em Angola, Moçambique e Cabo Verde. Por outro lado, a autora destaca o quanto a cultura do *hip hop*, tendo fundado uma base para a consciência das desigualdades, do racismo e do apagamento da participação dos afro-brasileiros na memória nacional, desdobrou-se no acréscimo não sectário de elementos que poderiam revisar e complexizar essa história de intercâmbios. É o que se vê, por exemplo, na lembrança, pelo rapper Emicida, da excursão em Paris de um grupo de músicos negros brasileiros, os “Oito Batutas”, justamente em 1922 — o que se reveste de inúmeros significados e desdobramentos. Sugerindo este e outros possíveis diálogos das margens, o artigo ainda destaca a amplitude da quebra recente na rigidez que dominava o olhar e pautava a hegemonia da literatura do hemisfério norte, lembrando as presenças dos escritores africanos Ruy Duarte de Carvalho e Luandino Vieira — em meio a outros, dos centros hegemônicos — na obra de escritores brasileiros contemporâneos como Bernardo de Carvalho e Milton Hatoum.

A busca ativa por um diálogo das margens é o que alimenta, também, o enfoque comparativo da pesquisadora Maria Nilda de Carvalho Mota, no artigo “José Craveirinha e João Cabral de Melo Neto: desumanização no contexto do cárcere” — que busca um cotejo, todavia, entre obras que não trazem contextos de apropriação mútua, mas sim similaridades estruturais as quais remetem a uma mazela social presente, de diferentes formas, em Moçambique e Brasil: a violação dos direitos humanos nas situações de cárcere. Tal procedimento constitui, de um ponto de vista metodológico, “um outro caminho possível” para o diálogo das margens: tanto o *Auto do Frade* (1984) quanto *Cela 1* (1980) — escritas, respectivamente, por João Cabral e Craveirinha, autores que dialogaram de forma profunda com o modernismo — contrapõem à desumanização atos de resistência que assumem a forma literária de uma defesa de territórios identitários, linguísticos e geográficos.

Ainda na vertente dos diálogos entre Brasil e África, Vanessa Ribeiro Teixeira, no artigo “(Re)descobrimientos: o Brasil (re)nascido do porão do negreiro e (re)criado pela poesia radical negra de Noémia de Sousa”, abre uma outra vertente de reflexão, concentrando-se, em particular, no modo como o Brasil aparece em poemas da escritora moçambicana Noémia de Sousa, lendo em sua postura poética e burilar estético não só um exemplo da verve modernista do país africano, mas, principalmente, uma elaboração artística ligada ao que chama, nas trilhas de Cedric Robinson, entre outros, de Tradição Radical Negra. Reconhecendo a centralidade da experiência da escravidão e do tráfico de escravizados na formação do Brasil moderno — sintetizada na imagem do país como extensão dos porões do navio negreiro —, a pesquisadora parte da importância fundamental da música enquanto forma de ultrapassar as diversas barreiras que se colocaram às populações negras em diáspora e situações de humanidade negada: *a música como bastião contra a nadificação das vidas pretas*. Nesse sentido, e não se restringindo a Noémia de Sousa, constrói um estudo em que poesia e canção, literatura e música, dialogam por sobre as concepções “clássicas” e fossilizadas de literatura (e nunca é demasiado sublinhar a importância da música para os intercâmbios Brasil-África — sendo interessante também lembrar que as principais figuras identificadas com o modernismo no Brasil — Mário, Oswald e Bandeira, entre outros — colaborarão de modo decisivo,

e de diferentes formas, para o aprofundamento da relação da vida literária do país com a música e a oralidade). Assim, ressonâncias entre versos de canções de José Carlos Capinam e Roberto Mendes e poemas de Geraldo Bessa Victor são exploradas. Destaca-se, além disso, a própria tematização da música pela poesia, como ocorre no poema “Samba”, de Noémia de Sousa, lido pela pesquisadora pela chave de uma outra forma de o Brasil ser extensão do porão negreiro, “agora não mais como vida descartada simbolicamente, mas como sujeito de uma potência crítica e criativa que persiste na afirmação e reinvenção de sua existência”. Com efeito, Vanessa Ribeiro Teixeira vislumbra diversos brasis no imaginário poético da escritora — percebendo também, e significativamente, um viés crítico da autora relativo à persistência de certo distanciamento de modernistas brasileiros no tocante à África: “talvez porque, até para os mais bem intencionados autores brasileiros, a África que interessa é aquela despejada do porão do negreiro ao cais. Como se o que houvesse antes — e continua havendo hoje, para o lado de lá do Atlântico — não interessasse verdadeiramente ao Brasil escrito pelos modernistas”.

Em suma: simultaneidades, travessia de tempos históricos, estranhamentos, desejos, silenciamentos, violências, encontros e desencontros. Os textos aqui apresentados desenvolvem, em seu conjunto, um viés crítico radical em relação aos diferentes legados e apropriações do modernismo, nos espaços de língua portuguesa (entre outras línguas...) — “modernismo” considerado em sua pluralidade e, mesmo, impossibilidade de estabilização —, contribuindo para o aprofundamento e multiplicação das perspectivas comparadas, o que pode projetar um processo de amadurecimento necessário para que ultrapassemos enfoques nacionais e, sobretudo, perspectivas em alguma medida coloniais, neocoloniais e até heteropatriarcais.